

CNI não quer expurgo só do INPC

A diretoria da Confederação Nacional da Indústria (CNI), reunida ontem no Rio, rejeitou totalmente a proposta de expurgo apenas do INPC, defendida pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho.

Segundo o presidente da CNI, senador Albano Franco, a entidade encaminhará ao governo, na próxima semana, estudo sugerindo um processo generalizado de desindexação da economia brasileira, e não apenas sobre os salários, conforme defendeu Bueno Vidigal, por entender que "os trabalhadores não devem ser castigados pela crise que eles não criaram".

Albano Franco informou que a CNI criou uma comissão específica para examinar o assunto, partindo de duas propostas: uma, de desindexação geral e progressiva, através da aplicação de um redutor, defendida pela própria diretoria da entidade; e outra, da aplicação de expurgos nos índices corretivos de valores, advogada pelo diretor do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, Julien Chacel.

A diretoria da CNI esteve reunida para analisar o **pacote** de medidas econômicas aprovado pelo Conselho Monetário Nacional na semana passada. Na opinião do presidente da entidade, as decisões tomadas pelo governo carecem de medidas complementares, para contornar o surgimento de

maior redução do nível da atividade econômica, maiores pressões sobre o crescimento dos preços e um efeito líquido sobre o nível do déficit público inferior ao previsto.

Conforme documento da CNI sobre a avaliação gerá do **pacote**, a não adoção de um programa de desindexação "torna o conjunto de medidas anunciadas inconsistente em relação aos objetivos a que se propõe alcançar". Aponta a necessidade de se desvincular as dívidas privadas e públicas da correção cambial, ao lembrar que "o fulcro do processo parece residir no que se convencionou chamar de **dolarização da economia**".

Já o secretário de Indústria, Comércio e Ciência de São Paulo e também membro do Conselho de Política Econômica e Social da CNI, Einar Kk, achou que o **pacote** provocou "profunda decepção à sociedade brasileira, na medida em que, além de não atender ao que se propõe, realimentará o processo inflacionário, com graves consequências sociais para o povo".

Na mesma linha de crítica se alinhou o vice-presidente da Fiesp, Nildo Nasini, afirmando que o **pacote** não vai sacrificar o governo, uma vez que não determinou a redução dos custos de órgãos públicos, mantendo, dessa forma, as mordomias e salários elevados, quando deveria aumentar investimentos para reduzir o déficit público".